

E-BOOK ESCRITO POR  
DR<sup>a</sup> FLÁVIA ZELINDA DE CAMPOS

# Como entender o Direito na prática

GUIA DESCOMPLICADO SOBRE DIREITO  
FAMILIAR, CÍVEL, MUSICAL, ADUANEIRO,  
ADMINISTRATIVO, TRIBUTÁRIO E CRIMINAL

Publicado em maio de 2023



# SUMÁRIO

Introdução	03
Capítulo 1 - Direito Administrativo	04
Capítulo 2 -Direito Aduaneiro Descomplicado	06
Capítulo 3 - Direito Musical	09
Capítulo 4 - Divórcio extrajudicial	11
Capítulo 5 - Elaboração de Contratos com a Assistência de Advogado	13
Capítulo 6 - Mediação de Acordos e Arbitragem	15
Capítulo 7 - Ação Penal e Execução Penal	16
Capítulo 8 - Os Regimes das Prisões e como funcionam no Paraná e em Santa Catarina	18
Capítulo 9 - Tipos de prisões existentes, saída tem- porárias, remissão de pena e liberdade condicional	20
Capítulo 10 - Terceirização de Serviços Jurídicos	22

\*Clique nos Capítulos para encontrar as páginas



SOBRE A

# AUTORA

Flávia Z. de Campos é jornalista e advogada especializada em Direito Aduaneiro, arbitragem e mediação. Natural de Curitiba, atualmente sócia fundadora do escritório Rodrigues e Campos Advogados Associados, tem mais de 17 anos de experiência na área jurídica e é reconhecida pelos clientes e colegas por sua competência técnica, dedicação e visão humanitária do direito. Formada pela Universidade Tuiuti do Paraná, a Dra. Flávia Campos exerce a advocacia nas áreas do Direito Civil, Criminal e Aduaneiro e Direito Administrativo. Entre as suas áreas de atuação se destaca ainda a Mediação de acordos e acompanhamento de processos em câmaras arbitrais de Direito Comercial.

## FALE CONOSCO

Email :

[juridico@rodriguesecampos.adv.br](mailto:juridico@rodriguesecampos.adv.br)

Website :

[www.rodriguesecampos.adv.br](http://www.rodriguesecampos.adv.br)

Instagram :

[@flaviadecampos.adv](https://www.instagram.com/flaviadecampos.adv)

Whatsapp :

(41) 30294423



# Introdução

O Direito é uma área extremamente complexa e vasta, capaz de gerar muitas dúvidas e confusões para quem não é da área, em razão de seus termos técnicos e conceitos abrangentes. Por isso, o e-book "Como entender o Direito na prática" surge como uma ferramenta versátil e interessante para quem precisa entender um pouco mais sobre a legislação brasileira de forma simples e funcional. Escrito por especialistas no assunto, o e-book apresenta explicações sobre as principais áreas do Direito de forma clara e objetiva, em termos simples, tornando o tema acessível a todos que desejam compreender melhor esse assunto. Com uma linguagem fácil e uma abordagem prática, "Como entender o Direito na prática" é um ebook indispensável para estudantes, pesquisadores e para qualquer pessoa que queira entender um pouco mais sobre as leis que regem a nossa sociedade e como isso pode ser usado no seu dia a dia.



Esse e-book foi preparado para ser utilizado para estudantes, pesquisadores e qualquer pessoa que queira entender um pouco mais sobre os ramos do direito.



# Capítulo 1 - Direito Administrativo

## **COMO FALAR COM ORGÃOS PÚBLICOS, DEFESAS E LICITAÇÕES**

O Direito Administrativo é um ramo do direito que estabelece as normas e princípios que regem a administração pública e suas relações com os particulares. Entre os diversos temas que fazem parte deste ramo do direito, um dos mais relevantes é o das licitações.

No contexto do Direito Administrativo, é comum que pessoas e empresas – os administrados pelo Governo - recebam notificações e autuações, que podem ser tanto de caráter informativo quanto de caráter punitivo.

Por sua vez, as licitações são procedimentos administrativos utilizados pelos órgãos públicos para selecionar a melhor proposta de contratação de serviços, compras ou obras.



Elas são regidas pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e têm como objetivo garantir a transparência, a competitividade e a economicidade nas contratações públicas. Dentro do processo de licitação existem possibilidades de as empresas serem notificadas, advertidas ou punidas, ou de, em algum momento, o órgão público faltar com o cumprimento de alguma obrigação do contrato licitatório.





As defesas de notificações ou punibilidades e advertências são importantes instrumentos para garantir os direitos das empresas e cidadãos que contratam com a administração pública. Em caso de notificação punitiva, o notificado deve apresentar defesa administrativa, na qual poderá questionar a sanção aplicada e apresentar argumentos e provas que possam reverter a decisão.

É aconselhável que a defesa seja feita por advogado e bem fundamentada em argumentos sólidos que respeitem as regras e prazos estabelecidos pela legislação.

Além das defesas de notificações, pode-se recorrer administrativamente das decisões tomadas pelo órgão público. O recurso administrativo é um instrumento importante para garantir a observância dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública.

Em resumo, o Direito administrativo, em especial as normas que regem as licitações, são de extrema importância para garantir a transparência e a legalidade nas contratações públicas. As empresas participantes devem estar atentas às notificações recebidas e às regras estabelecidas no edital, utilizando os instrumentos de defesa e recurso disponíveis para garantir seus direitos e interesses. Importantíssimo, nessa hora, ter um advogado especialista ao lado para orientar a defesa e acompanhar o processo administrativo no respectivo órgão público autuante, pois somente depois de superada essa etapa o particular poderá ir ao Judiciário defender-se de alguma ilegalidade.



## Capítulo 2 -Direito Aduaneiro Descomplicado

O Direito Aduaneiro é uma área do Direito que regula a entrada e saída de mercadorias em um país, bem como os impostos, taxas e procedimentos alfandegários envolvidos nesses processos e toda a legislação que incide unicamente nesse momento de trânsito de mercadorias entre países.

Neste artigo discutiremos alguns dos principais tópicos relacionados ao Direito Aduaneiro que podem ser relevantes para empresas que operam no comércio internacional

### **Regras de origem**

As regras de origem são critérios que determinam se uma mercadoria é originária de um determinado país ou região. Essas regras são importantes porque identificam quais acordos comerciais internacionais e quais legislações nacionais irão regular uma determinada transação internacional de mercadoria e qual é o tratamento fiscal aplicável. Além disso, as regras de origem podem afetar a cadeia



### **Classificação de mercadorias**

Este é um processo pelo qual as mercadorias são atribuídas a uma determinada posição tarifária, de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). A posição tarifária determina o imposto de importação aplicável à mercadoria. A classificação de mercadorias é importante porque as empresas podem incorrer em multas e penalidades se classificarem incorretamente suas mercadorias.

## **Valoração aduaneira**

A valoração aduaneira é um processo pelo qual o valor das mercadorias é determinado para fins de tributação. O valor aduaneiro é o preço pago ou a ser pago pelas mercadorias, acrescido de determinados custos, como frete e seguro. A valoração aduaneira é importante porque pode afetar o imposto de importação aplicável à mercadoria.

## **Procedimentos aduaneiros**

Este rito refere-se aos procedimentos formais que devem ser cumpridos ao importar ou exportar mercadorias, que incluem a apresentação de documentos aduaneiros, o pagamento de impostos e taxas, e a inspeção aduaneira. É importante que as empresas cumpram esses procedimentos adequadamente para evitar multas e penalidades.

## **Acordos internacionais**

Os acordos internacionais constituem uma espécie de tratado entre países que regulam o comércio de mercadorias. Esses acordos podem reduzir ou eliminar tarifas e barreiras não tarifárias ao comércio, o que pode beneficiar as empresas que operam no comércio internacional.

## **Procedimento junto aos órgãos governamentais**

Importante salientar que quem vai optar por negociar mercadorias de outro país ou para outro país, deve ter autorização da Receita Federal no Brasil, que se nomeia RADAR e todo e qualquer trâmite aduaneiro nas alfândegas e recintos alfandegados tramitarão perante a Receita Federal e deverão obedecer às Instruções normativas dos órgãos Federais e Emendas de resoluções de conflitos da Câmara de Comercio Exterior, a Camex, do departamento do Ministério da Economia.

Em resumo, o Direito aduaneiro é uma área do Direito que afeta diretamente as empresas que operam no comércio internacional. As regras de origem, a classificação de mercadorias, a valoração aduaneira, os procedimentos aduaneiros e os acordos internacionais são alguns dos tópicos mais relevantes que as empresas devem entender para cumprir suas obrigações legais e aproveitar as oportunidades comerciais disponíveis.



Para atuar nessa área, a empresa precisará de um advogado especializado nesse ramo de direito pois um erro simples pode ocasionar perdas significativas para a empresa com apreensão e mesmo perdimento de mercadorias ou excesso de taxas e tributação.

## Capítulo 3 - Direito Musical

A indústria musical é um setor bem mais complexo do que se imagina e envolve diversos direitos e regulamentações legais. Para músicos e profissionais da área, é fundamental contar com a ajuda de um advogado especializado em direito autoral, contratos e direito da produção musical para garantir a proteção de seus direitos. Neste capítulo, vamos abordar algumas das vantagens de ter um advogado na área da música para a defesa de direitos autorais, contratos e produção.

### **Proteção dos direitos autorais**

Um dos principais benefícios de ter um advogado na área da música é a proteção dos direitos autorais. O Direito autoral é uma forma de proteção legal para obras criativas, incluindo composições musicais, letras de músicas e gravações. Ter um advogado especializado nessa área ajuda a garantir que os direitos autorais de uma música sejam protegidos e que o uso não autorizado ou a violação dos direitos au-



### **Contratos musicais**

A área da música envolve diversos momentos de contratação, como contratos de gravação e produção musical, contratos de uso de imagem, de produção de filmes (videoclipes), contratos de gerenciamento de carreira, contratos de licenciamento, contratos de compra e venda de direitos autorais, contratos de venda de shows e produções artísticas, gravadoras, entre outros.



Ter um advogado especializado em Direito Musical para elaborar e negociar contratos ajuda a garantir que os músicos obtenham os melhores termos possíveis e estejam protegidos contra cláusulas prejudiciais ou contratos leoninos, que muitas vezes ocorrem e para os estabelecimentos é uma forma de evitar supresas desagradáveis para que o show aconteça com toda a energia e alto astral.

Principais proteções contratuais na área da música: Alguns pontos principais devem ser considerados ao elaborar contratos na área da música, como por exemplo, um contrato de venda de direitos autorais de uma composição e de uma contratação de banda para um evento.

No contrato de venda Direitos Autorais musicais deve ter, por exemplo, cláusula com a descrição da obra musical e dos direitos concedidos, prazo e território de reprodução autorizada, a remuneração e royalties, entre outras.

Por outro lado, em um contrato de contratação de banda para evento, é importante conter cláusulas que prevejam a descrição do evento detalhada, horários, condições de pagamento, transporte, alimentação e hospedagem, cláusula específica sobre o rider técnico, que são as necessidades técnicas da banda como equipamento de som, iluminação, palco, camarins, entre outras, prever sobre uso da imagem tanto para material de divulgação quanto para gravações do evento.

Dentre outras cláusulas, essas seriam as mais básicas e necessárias a se prever, por isso tão importante ter um advogado da área para elaborar esse contrato com todas as cautelas.

## **Conclusão**

Em resumo, ter um advogado na área da música é essencial para garantir a proteção dos direitos autorais, negociar contratos na área musical que sejam justos, garantir a produção musical sem problemas e resolver conflitos legais. Se você é um músico ou profissional da área, ou contrata shows e promove eventos, ter um advogado especializado em direito musical pode ser a melhor decisão a se tomar para proteger seus interesses e garantir o sucesso de sua carreira musical e do seu evento.

## Capítulo 4 - Divórcio extrajudicial

O divórcio extrajudicial, também conhecido como divórcio em cartório, é uma modalidade de divórcio que pode ser realizada de forma rápida e simples, desde que sejam cumpridos os requisitos legais. Neste tipo de divórcio, não é necessária uma ação judicial, o que traz vantagens como a redução dos custos, da burocracia envolvida no processo judicial e do desgaste que é um litígio, além do tempo que leva quando judicializado.

Apesar da aparente facilidade, porém, é importante destacar que existem alguns requisitos que precisam ser cumpridos para que seja possível se fazer o divórcio extrajudicial. Dentre esses requisitos, estão:

- Inexistência de filhos menores ou incapazes: o divórcio extrajudicial só é possível quando o casal não possui filhos menores ou incapazes. Caso contrário, é necessário que, além do divórcio, sejam resolvidas as questões da guarda e pensão judicialmente, em processos específicos.
- Consenso entre as partes: é necessário que haja acordo entre o casal quanto às questões relativas à partilha de bens, pensão alimentícia ao ex-cônjuge e outras obrigações.



- Presença de advogado: para realizar o divórcio extrajudicial, é obrigatória a presença de um advogado, que irá auxiliar o casal em todos os procedimentos necessários.

A presença do advogado é fundamental não apenas para cumprir o requisito legal, mas também para garantir a segurança jurídica do processo. O advogado irá orientar o casal quanto aos direitos e deveres, bem como às possíveis consequências da decisão tomada.



Além disso, o advogado pode atuar de forma a garantir a celeridade do processo, evitando atrasos e demoras no cartório. O advogado pode ajudar o casal a reunir toda a documentação necessária, elaborar a minuta do acordo de divórcio e realizar o registro no cartório.

Vale lembrar ainda que o divórcio extrajudicial também pode ser utilizado em casos de dissolução de união estável. Os requisitos são os mesmos, porém, muitos casos de união estável são informais, ou seja, não foram oficializadas em cartório no momento da união e, nesses casos, será necessário que haja, simultaneamente, o reconhecimento da união estável, o que pode ser feito no mesmo ato, desde que o casal esteja de acordo quanto à data do início da união e do seu término.

Dessa forma, é importante destacar que o divórcio extrajudicial pode ser uma opção vantajosa para casais que desejam se divorciar de forma rápida e simples e bem menos custosa. No entanto, é fundamental cumprir os requisitos legais e contar com a assessoria de um advogado para garantir a segurança jurídica do processo.



## Capítulo 5 - Elaboração de Contratos com a Assistência de Advogado

Para começo de conversa, é bom lembrar que um contrato não é só um papel que se assina para comprometer as partes envolvidas; o contrato é um documento que fará lei entre as partes, e vai prever muito mais do que só obrigações e deveres, mas como a situação vai funcionar em momentos diferentes da contratação, no caso de imprevistos em situações de alteração da situação original.

Por isso, é um documento legal com força jurídica, que não apenas estabelece um acordo entre duas ou mais partes, mas quando bem-feito, resolverá várias situações futuras envolvendo o contrato. Ele descreve os direitos e responsabilidades de cada parte envolvida, define as condições em que o acordo deve ser cumprido, prevê modificações, penalidades, deveres e obrigações. Em termos simples, um contrato é um acordo vinculativo que obriga as partes a cumprirem seus termos e quanto melhor e mais claro for, mais fácil para que todos tenham ciência de suas obrigações, seus deveres e as condições da contratação.

Em negócios pessoais, comerciais e empresariais, a importância de se fazer um contrato bem pensado é enorme. Um contrato mal redigido ou incompleto pode levar a problemas graves, incluindo litígios, perda de dinheiro e danos à reputação da empresa ou da pessoa.

Por outro lado, um contrato bem elaborado pode proteger as partes envolvidas e evitar problemas futuros.

Um contrato bem pensado deve incluir certos elementos, como:

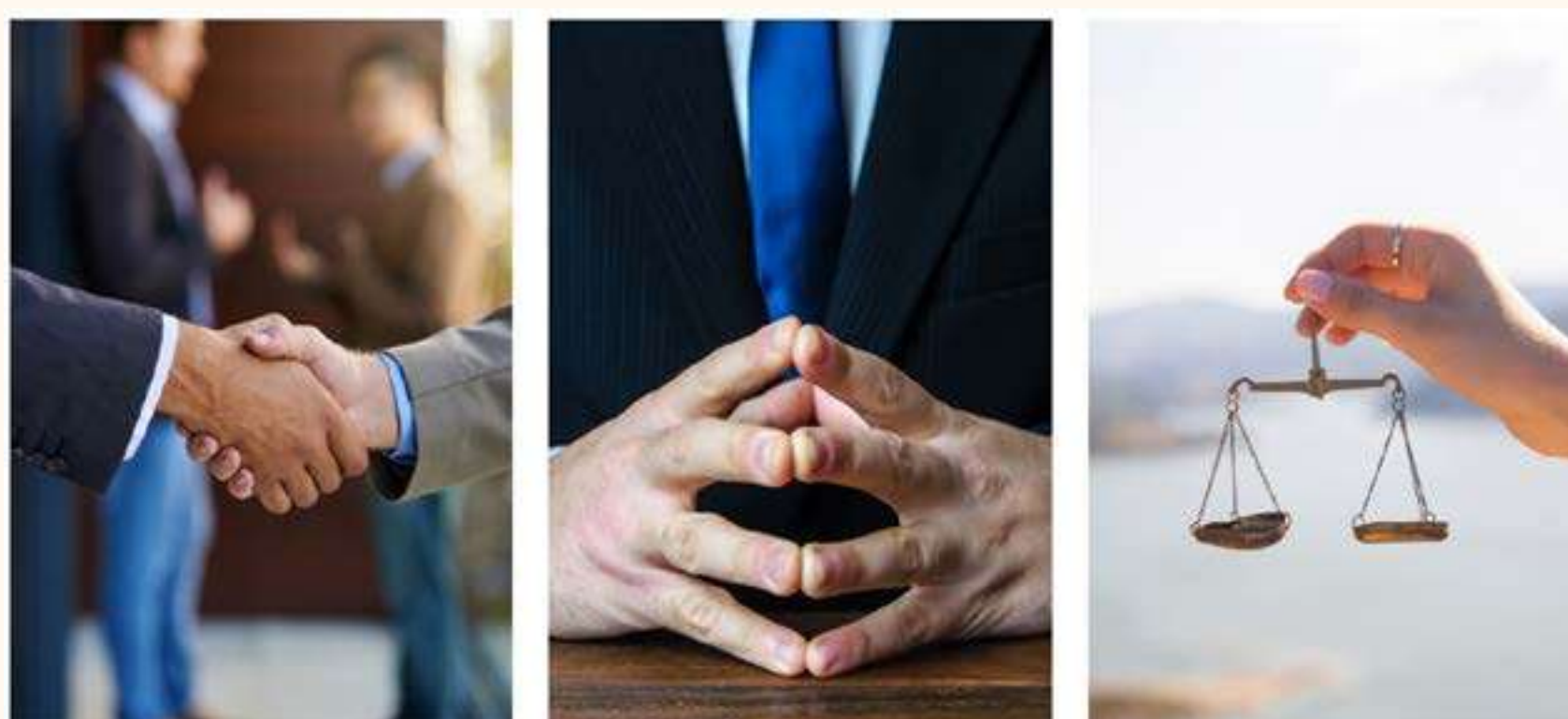
- Identificação das partes envolvidas: É importante que o contrato identifique claramente as partes envolvidas no acordo, incluindo seus nomes, endereços e informações de contato.
- Objeto do contrato: O objeto do contrato deve ser definido claramente para evitar mal-entendidos. Ele deve descrever os produtos ou serviços que estão sendo fornecidos ou adquiridos, qualificando, quantificando e especificando os bens ou serviços.
- Termos e condições: O contrato deve incluir os termos e condições acordados entre as partes, incluindo prazos, preços e formas de pagamentos.





- Penalidades e rescisão: O contrato deve descrever as penalidades aplicáveis em caso de violação dos termos e condições por qualquer das partes, bem como prever as penalidades pelo atraso de entrega ou de pagamento, pelo descumprimento de obrigações ou pela rescisão sem motivo. Deve ainda incluir as condições em que o contrato pode ser rescindido.
- Arbitragem e jurisdição: O contrato poderá eleger a arbitragem como forma de solução em caso de litígio e qual a legislação será aplicável nesse caso; ou deverá eleger o foro, que é o lugar de jurisdição onde a disputa deverá resolvida caso seja levada ao judiciário.

Em resumo, um contrato bem pensado, elaborado por especialistas, vai ajudar a proteger as partes envolvidas no negócio, seja pessoal, comercial ou empresarial., pois definirá claramente os termos e condições do acordo e fornecerá uma base legal sólida em caso de disputa. É importante que as partes envolvidas no negócio compreendam os termos do contrato antes de assiná-lo e que consultem um advogado especializado em direito contratual para garantir que seus interesses sejam efetivamente protegidos.



## Capítulo 6 - Mediação de Acordos e Arbitragem

Se você está envolvido em um conflito comercial, existem várias opções disponíveis para tentar resolver a questão antes de recorrer aos tribunais. Acordos, mediações e arbitragem comercial privada são alternativas para buscar soluções sem ter que passar pelo processo judicial. Neste capítulo, discutiremos as facilidades e vantagens dessas opções e porque é importante tentar um acordo antes de judicializar a questão.

### **Acordos**

Um acordo é um contrato escrito entre as partes envolvidas em uma disputa comercial, que define os termos e as condições para resolver o conflito de maneira amigável. Acordos podem ser alcançados por meio de negociações diretas entre as partes ou por intermédio de um mediador.

A principal vantagem de se buscar um acordo é a rapidez na resolução do conflito. Acordos podem ser alcançados em questão de dias ou semanas, enquanto o processo judicial pode levar meses ou até anos. Além disso, os acordos são confidenciais e podem ser personalizados para atender às necessidades das partes envolvidas.

Os acordos têm valor por si só, pois tratam de negociações de direitos disponíveis, que são aqueles que tratam de patrimônio.

### **Mediação**

A mediação é um processo em que um terceiro imparcial, o mediador, ajuda as partes a chegar a um acordo amigável. O mediador não toma decisões e não impõe soluções às partes. Em vez disso, ele ou ela ajuda as partes a identificar as questões em disputa, explorar as opções disponíveis e chegar a uma solução mutuamente satisfatória.

A mediação tem muitas vantagens em relação ao processo judicial. Primeiro, a mediação é muito mais rápida do que o processo judicial. Segundo, a mediação é menos formal e conflituosa do que o processo judicial, o que significa que as partes podem manter um relacionamento comercial após a disputa ter sido resolvida. Além disso, a mediação é mais flexível do que o processo judicial e permite que as partes cheguem a soluções personalizadas para suas necessidades específicas.



## Capítulo 7 - Ação Penal e Execução Penal



A ação penal é o processo pelo qual o se busca apurar a materialidade (existência) e autoria de um crime ou de uma contravenção penal, pode ser o Estado quem acusa ou a pessoa da vítima, pretendendo seja aplicado o direito penal e a condenação do autor do crime/contravenção. Já a execução penal refere-se ao processo de cumprimento da pena após a condenação, incluindo a prisão, a progressão de regime, o tratamento do preso, e eventual libertação.

É importante entender que, mesmo que uma pessoa seja condenada, ela ainda tem direitos e garantias que devem

ser respeitados durante a execução da pena. Um desses direitos é o acompanhamento de um advogado, que deve atuar como defensor e garantir que os direitos do preso sejam respeitados.

O acompanhamento do advogado começa logo após a prisão, quando ele pode se comunicar com o preso e orientá-lo sobre seus direitos e as medidas que podem ser tomadas para garantir a sua defesa. Durante o processo de execução penal, o advogado pode apresentar recursos e petições em favor do preso, além de acompanhar o cumprimento da pena e garantir que o condenado receba o tratamento adequado.

As questões com as quais um advogado pode ajudar o preso a lidar durante a execução penal incluem:

- Pedidos de progressão de regime: o advogado pode requerer a progressão do regime fechado para o semiaberto ou aberto, se o preso cumprir os requisitos
- Pedidos de liberdade condicional: o advogado pode requerer a liberdade condicional do preso, se atendidas as condições determinadas na lei para tal.
- Pedidos de revisão criminal: o advogado pode requerer a revisão da condenação, caso haja provas novas ou ilegalidades no processo.
- Representação em processos disciplinares: o advogado pode representar o preso em processos disciplinares dentro da prisão, ga

rantindo que o processo seja justo e que o preso não sofra punições indevidas.

Em resumo, o acompanhamento de um advogado é fundamental para garantir que os direitos e garantias dos presos sejam respeitados durante o cumprimento da pena.

Além disso, o advogado pode atuar em favor do preso para garantir que ele receba um tratamento justo e humano, e possa se reintegrar à sociedade após o cumprimento da pena, incluindo dar assistência à família do preso em relação a credenciamentos de visitas, dias de visita, o que é permitido levar ao preso, exame das sacolas nas unidades prisionais e outros direitos.



## Capítulo 8 - Os regimes das prisões e como funcionam no Paraná e em Santa Catarina

O regime aberto, semiaberto e fechado são diferentes modalidades de cumprimento de pena no sistema prisional brasileiro. Cada um desses regimes tem suas próprias características e objetivos, e as unidades prisionais no Paraná e Santa Catarina apresentam diferentes situações em relação à estrutura e condições de cumprimento de pena.

### Regime Aberto

O regime aberto é uma modalidade de cumprimento de pena que tem como objetivo a ressocialização do preso. Nesse regime, o preso é autorizado a trabalhar durante o dia, devendo retornar para a prisão à noite. É uma modalidade que exige a confiança do Estado no preso e, por isso é destinada a condenados por crimes de menor potencial ofensivo e que apresentem bom comportamento.

No Paraná, existem diversas unidades prisionais destinadas ao cumprimento de pena em regime aberto, como a Casa de Custódia de Piraquara, a Penitenciária Industrial de Cascavel e o Centro de Progressão Penitenciária de Piraquara. Já em Santa Catarina, a maior parte dos presos em regime aberto cumpre pena em prisão domiciliar, devido à falta de estrutura para abrigá-los em unidades específicas.

### Regime Semiaberto

O regime semiaberto é destinado a presos que estão em processo de ressocialização e que já cumpriram parte da pena em regime fechado. Nesse regime, o preso tem direito a saídas temporárias para trabalhar ou estudar durante o dia, e retorna à unidade prisional à noite. É uma modalidade que visa a preparação do preso para o retorno à sociedade, mas ainda com restrições.

No Paraná, uma das unidades prisionais destinadas ao cumprimento de pena em regime semiaberto é a Penitenciária Estadual de Piraquara, como também é possível conseguir em algumas situações o cumprimento por medida alternativa de monitoramento eletrônico por tornozeleiras. Já em Santa Catarina, a maioria dos presos em regime semiaberto cumpre pena em alas específicas dentro de unidades prisionais com saídas temporárias de 7 dias a cada 45 dias de cumprimento dentro da Unidade Prisional.

## Regime Fechado

O regime fechado é destinado a presos que cometeram crimes graves ou apresentam índice de reincidência. Nesse regime, o preso fica restrito a uma cela individual e tem pouca ou nenhuma possibilidade de sair da unidade prisional. É uma modalidade que visa a punição do preso, mas que também possui medidas internas de ressocialização.

No Paraná, a maior parte das unidades prisionais é destinada ao cumprimento de pena em regime fechado, como a Penitenciária Central do Estado e a Penitenciária Estadual de Londrina. Em Santa Catarina, as unidades prisionais destinadas ao regime fechado também são maioria, como a Penitenciária Industrial de Joinville e a Penitenciária de São Pedro de Alcântara.

## Conclusão

A situação das unidades prisionais no Paraná e Santa Catarina vai variar de acordo com a região e a modalidade de cumprimento de pena. Em geral, as unidades prisionais no Paraná apresentam uma estrutura diferenciada em relação às unidades de Santa Catarina.





## Capítulo 9 – Tipos de prisões existentes, saídas temporárias, remissão de pena e liberdade condicional

**Neste capítulo vamos abordar os tipos de prisões existentes, os direitos e deveres a que estão sujeitos os presos.**

### **Tipos de prisões**

Existem vários tipos de prisões, sendo os mais comuns:

- Prisão em flagrante: quando o indivíduo é preso no momento em que está cometendo um crime, ou logo após.
- Prisão preventiva: quando a pessoa é presa antes do julgamento e condenação, com o objetivo de evitar que ela fuja, continue cometendo crimes, ou interfira na investigação.
- Prisão temporária: quando a pessoa é presa por um período determinado de até 5 dias, podendo ser prorrogado por mais 5 dias, para investigações em casos de crimes hediondos ou quando há indícios de participação em organização criminosa.
- Prisão definitiva: quando a pessoa é condenada e deve cumprir a pena em regime fechado, semiaberto ou aberto.



### **Remissão de pena**

A remissão de pena é uma redução do tempo de pena, concedida como forma de recompensar o preso por seu bom comportamento. Cada dia de trabalho ou estudo realizado pelo preso pode ser contabilizado como um dia de remissão. O benefício é concedido pelo juiz da execução penal e pode chegar a um terço da pena total.

### **Liberdade condicional**

A liberdade condicional é uma forma de progressão de regime, em que o preso condenado a cumprir pena em regime fechado ou se-

mi-aberto é colocado em liberdade, condicionada ao cumprimento de determinadas regras e ao acompanhamento de um agente penitenciário. Para ter direito à liberdade condicional, o preso deve atender alguns requisitos, como ter cumprido parte da pena, ter bom comportamento e apresentar condições para recebimento dessa benesse.

Em resumo, existem vários tipos de prisões, cada um com suas particularidades e objetivos. As saídas temporárias, remissão de pena e liberdade condicional são formas de recompensar os presos por seu bom comportamento e incentivar a ressocialização. É importante lembrar que esses benefícios não são concedidos a todos os presos e dependem de cada caso em particular.



## Capítulo 10 - Terceirização de Serviços Jurídicos

A terceirização é uma prática cada vez mais comum em empresas de diversos segmentos, inclusive em escritórios de advocacia. Essa estratégia permite que as organizações foquem em suas atividades principais, deixando algumas tarefas secundárias a cargo de terceiros especializados ou numa determinada área de atuação no ramo do direito ou numa determinada área, cidade ou Estado da Federação, por exemplo, o que traz inúmeros benefícios a ambas as partes e neste capítulo, vamos apresentar alguns dos principais benefícios da terceirização de serviços jurídicos.

### **Redução de custos**

A terceirização pode ser uma opção vantajosa para escritórios de advocacia que possuem grande volume de ações e atuam em diversos estados; isto porque, ao contratar escritório para atuar numa zona específica ou para determinados atos judiciais, é possível reduzir custos internos com a contratação de funcionários, como encargos trabalhistas e previdenciários, além de não ser necessário investir em treinamentos e capacitações de pessoal em todas as áreas de atuação do Direito ou para manusear todos os sistemas específicos de processo eletrônico ou procedimentos administrativos de cada região em que o escritório atua ou pode vir a atuar.



### **Maior flexibilidade**

Ao terceirizar alguns serviços, o escritório ou a empresa poderão contar com uma equipe mais flexível e adaptável às suas necessidades, pois é possível ajustar o volume de trabalho e o prazo de entrega conforme a demanda e promove maior controle de gastos e investimentos.

### **Foco nas atividades principais**

Ao delegar algumas tarefas a terceiros, o escritório de advocacia ou a empresa pode focar em suas atividades principais ou regionais, otimizar o atendimento aos clientes e permitir a busca por novas oportunidades de negócio, e dessa forma aumentar a eficiência e a produtividade.

## **Diversidade de especialistas**

Ao terceirizar serviços jurídicos para empresas especializadas, poderá contar com profissionais qualificados e experientes, que conhecem as melhores práticas e ferramentas para realizar determinadas atividades. Isso aumenta a qualidade do serviço prestado e traz benefícios para os clientes. Permite ainda direcionamentos mais especializados, pois abrangerá mais áreas do direito com profissionais especialistas.

## **Redução de riscos**

Ao terceirizar serviços jurídicos, o escritório de advocacia ou a empresa que precisa de departamento jurídico, transfere para o escritório contratado a responsabilidade por eventuais riscos trabalhistas, fiscais e tributários, o que reduz a exposição do escritório a possíveis processos judiciais. Isto porque, cada escritório responderá apenas por seu corpo de funcionários, sua própria carga tributária e documentos fiscais.

## **Conclusão**

A terceirização de serviços jurídicos pode ser uma opção vantajosa para escritórios de advocacia e empresas que buscam aumentar a eficiência e a produtividade, reduzir custos e focar em suas atividades principais. Além disso, contar com advogados especializados em determinadas áreas de Direito ou em determinado local, cidade, ou Estado, pode trazer expertise e qualidade aos serviços prestados aos seus clientes.

No entanto, é importante avaliar a credibilidade do escritório contratado e a compatibilidade técnica com o nível de exercício da função do escritório contratante e por isso, ao optar por terceirizar serviços jurídicos é essencial avaliar a forma da contratação, pois atualmente é possível contratar por meio de sites e comunidades virtuais, assim como pode ser contratado de forma específica conhecendo os profissionais envolvidos, contratando diretamente com o escritório terceirizado, sem intermediações.

Com essas considerações, vale dizer que se o momento atual é de busca de crescimento do seu negócio com redução de custos, maior qualidade e abrangência, então esse é o melhor momento para terceirizar a assessoria jurídica de sua empresa ou de seu escritório jurídico e aproveitar todas as vantagens dessa forma de contratação.



Este material foi preparado para ajudar a compreender o Direito, para auxiliar as pessoas a entenderem de forma descomplicada e em termos mais simples o que significam os vários ramos do direito na vida cotidiana. Agradecemos a sua leitura!

Qualquer dúvida entre em contato conosco e siga nossos perfis para mais conteúdo.

WhatsApp: (41) 30294423

Email : [juridico@rodriguesecampos.adv.br](mailto:juridico@rodriguesecampos.adv.br)

Website : [www.rodriguesecampos.adv.br](http://www.rodriguesecampos.adv.br)

Instagram: [@flaviadecampos.adv](https://www.instagram.com/flaviadecampos.adv)

**\*Clique nas nossas redes sociais e nos sigam**



Direitos reservados a autora

\*Créditos das fotos:

- Freepik e acervo pessoal